

Relação Professor/Aluno: Interações Pedagógicas em Ambientes Digitais no Ensino Fundamental em Tempo de Pandemia

Teacher-Student Relationship: Pedagogical Interactions in Digital Environments in Elementary Education in Time of Pandemic

ISSN 2177-8310
DOI: 10.18264/eadf.v11i1.1397

Patricia M. F. Coelho^{1,2*}
Suzana C. A. Moura²

¹ Universidade Santo Amaro (UNISA)
Universidade. Rua Isabel Schmidt,
349 - Santo Amaro, São Paulo - SP -
Brasil.

² Universidade Metodista de São
Paulo (UMESP). R. Alfeu Tavares, 149
- Rudge Ramos, São Bernardo do
Campo - SP - Brasil.

*patriciafariascoelho@gmail.com

Resumo

Neste artigo¹, faremos uma apresentação sobre o caminho escolhido pela Secretaria de Educação do município de São Paulo para a realização das atividades escolares na educação básica entre os meses de abril e dezembro de 2020, com o uso de aplicativo e livro impresso enviado ao estudante, tendo em vista o contexto de quarentena e isolamento social da cidade de São Paulo adotada no período. Temos três objetivos, a saber: (i) descrever as ferramentas de interação adotadas pelo município como meio de formação dos estudantes e interação professor-aluno; (ii) verificar se, além da questão de interação educacional, outras medidas foram instituídas com a finalidade de atendimento às famílias; (iii) discutir sobre as estratégias adotadas pelo município a fim de atender aos estudantes e suas famílias. A metodologia utilizada é a pesquisa documental (GIL, 2002). Os resultados alcançados confirmam que foram adotadas estratégias utilizando plataforma digital e envio de livros aos estudantes pela Secretaria Municipal de Educação. No entanto, faz-se necessário pensar em caminhos alternativos para estudantes e docentes que não possuem acesso à tecnologia digital ou residem em áreas onde o livro não foi entregue, para que seja possível a interação entre professor-aluno, de modo a mitigar desigualdades no acesso à educação. Dessa forma, evidenciamos que estratégias digitais de ensino-aprendizagem adotadas na Educação Básica, quer seja em momento de isolamento social ou de atendimento presencial, devem levar em consideração as diferentes realidades sociais para que tenham efetividade.

Palavras-chave: Educação básica. Interação digital. Isolamento social.

1 Possui auxílio da FAPESP ao Projeto de Pesquisa, intitulado "Formação de Professores e Tecnologias Digitais aplicadas à Educação". Processo nº. 2018/07133-0. Este artigo é resultado de suas pesquisas com o financiamento FAPESP.



Recebido 12/03/2021
Aceito 02/08/2021
Publicado 13/08/2021

COMO CITAR ESTE ARTIGO

ABNT: COELHO, P. M. F.; MOURA, S. C. A. Relação Professor-Aluno: Interações Pedagógicas em Ambientes Digitais no Ensino Fundamental em Tempo de Pandemia. *EaD em Foco*, v. 11, n. 1, e1397, 2021. DOI: <https://doi.org/10.18264/eadf.v11i1.1397>.

Teacher-Student Relationship: Pedagogical Interactions in Digital Environments in Elementary Education in Time of Pandemic

Abstract

In this article, we make a presentation about the path chosen by the São Paulo State Department of Education to carry out school activities in basic education between the months of April and December 2020, using an application and a printed book sent to the student, considering the context of quarantine and social isolation of the city of São Paulo adopted in the period. We have three objectives, namely: (i) to describe the interaction tools adopted by the municipality as a way of training students and teacher-student interaction; (ii) verify whether, in addition to the issue of educational interaction, other measures were instituted with the purpose of assisting families; and (iii) discuss the strategies adopted by the municipality in order to assist students and their families. The methodology used is the documentary research (GIL, 2002). The results achieved confirm that strategies were adopted using a digital platform and sending books to students by the municipal education department. However, it is necessary to think about alternative paths for students and teachers who do not have access to digital technology or live in areas where the book has not been delivered, so that it is possible for teacher-student interaction to mitigate inequalities in access to the education. Thus, we show that digital teaching-learning strategies adopted in basic education, whether in moments of social isolation or in person attendance, must take into account the different social realities for it to be effective.

Keywords: *Basic education. Digital interaction. Social isolation.*

1. Introdução

A pandemia causada no ano de 2020 pela COVID-19 (SARS- CoV-2) trouxe alterações sociais em todo o mundo. Uma delas foi a reconfiguração na forma de conviver socialmente. Cada indivíduo teve de reduzir o contato físico com o outro, principalmente aquele que está fora dos muros de sua casa, tendo em vista a preocupação em se prevenir e não disseminar o vírus. Nesse contexto, os cuidados se intensificaram em espaços com grande circulação de pessoas, levando as escolas a fecharem suas portas abruptamente, buscando evitar a rápida proliferação do vírus.

Segundo informações presentes no Ministério da Saúde¹, o primeiro caso de contaminação humana ocorreu na cidade de Wuhan (China), em dezembro de 2019. Posteriormente, a disseminação e transmissão passaram a ocorrer de pessoa a pessoa. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), até 26 de janeiro de 2021 foram contabilizados no mundo 99.363.697 casos de pessoas contaminadas e 2.135.959 mortes em decorrência do diagnóstico da COVID-19².

No Brasil, o primeiro caso confirmado da doença pelo Ministério da Saúde ocorreu na cidade de São Paulo, em 26 de fevereiro de 2020. Um homem de 61 anos, com histórico de recente viagem pela Itália,

1 Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>. Acesso em: 4 jan. 2021.

2 Disponível em: <https://covid19.who.int/> Acesso em: 26 jan. 2021.

apresentou os primeiros sintomas³. Já o primeiro óbito por COVID-19 foi de um homem de 62 anos, também morador na cidade de São Paulo, que não apresentava histórico de viagem ao exterior e que, mediante agravamento da doença, veio a falecer em 16 de março de 2020.⁴

Após esse histórico, o governador do Estado de São Paulo, João Doria, instituiu através do decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020 (SÃO PAULO, 2020a), uma quarentena a partir do dia 24 de março de 2020, restringindo atividades como medida de reduzir a contaminação pelo vírus. Por sua vez, o prefeito da cidade de São Paulo, a partir do decreto nº 59.298 de 23 de março de 2020 (SÃO PAULO, 2020b), evidenciou a situação emergencial na cidade e decretou mudanças no calendário escolar de todas as unidades municipais, com antecipação do período de recesso, previsto para julho, para o período de 23 de março a 9 de abril de 2020. Além disso, após o recesso, o processo de aprendizagem passaria a acontecer de forma remota, isto é, sem aulas presenciais.

Nesse contexto do surgimento de uma nova doença altamente contagiosa, e de instauração de uma quarentena, a Educação Básica precisou modificar a sua interação pedagógica professor-estudante, passando a utilizar outros meios que não o presencial. As atividades escolares que ocorriam por meio do contato humano tiveram de alterar sua forma de interação. A essa nova realidade cunhou-se o nome de “novo normal”.

O termo utilizado a partir do segundo trimestre do ano de 2020 pode ser definido, conforme Schirato (2020), como “[...] a proposta de um novo padrão que possa garantir nossa sobrevivência”. Tendo em vista o exposto até aqui, e a impossibilidade de interação presencial a fim de evitar o contato com pessoas que talvez estivessem infectadas, novas formas de ensinar e interagir tiveram de ser desenvolvidas.

Após o fechamento das unidades escolares em 23 de março de 2020, as aulas passaram a ocorrer remotamente, através de plataforma virtual, a partir da data final do recesso antecipado de 09 de abril de 2020.

A prefeitura de São Paulo disponibilizou aos alunos e docentes de sua rede a plataforma Google Sala de Aula, para lançamento de atividades, realização de aula não presencial e de interação entre professor(a)/aluno(a). Além disso, foram encaminhadas duas versões do livro intitulado “Trilhas de aprendizagem” aos estudantes da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, e EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Este artigo busca apresentar as medidas aplicadas no município de São Paulo no período da quarentena nas unidades escolares de ensino fundamental, apontando as estratégias adotadas bem como as outras medidas para atendimento das famílias e dos estudantes para além da questão educacional, tais como fornecimento de auxílio para alimentação estudantil.

Este trabalho tem como objetivo apresentar a trajetória do município de São Paulo para implementar o ensino remoto e as medidas para a interação professor(a)-aluno(a), no período de março a dezembro de 2020.

2. Caminhos para a aprendizagem

Com a contaminação de humanos pelo coronavírus na cidade de São Paulo, após a primeira morte na cidade e a posterior instauração do Estado de Emergência e quarentena no município, a Secretaria Municipal de Educação decidiu pela alteração do calendário escolar e posterior suspensão das atividades presenciais, conforme consta:

³ Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>. Acesso em: 5 jan. 2021.

⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/06/16/morte-da-primeira-vitima-por-covid-19-no-brasil-completa-tres-meses-nesta-terca.ghtml>. Acesso em: 13 jan. 2021.

O recesso escolar que ocorre anualmente no mês de Julho foi antecipado em 2020. Desta forma, todas as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino tiveram atendimento suspenso no período de 23 de março a 09 de abril de 2020, para o qual não haverá necessidade de reposição. O processo de aprendizagem a partir de 13/04/2020 e enquanto durar o período de suspensão das aulas presenciais, será feito por meio de material impresso que está sendo entregue pelos Correios na casa dos estudantes (e, complementarmente, em ambiente virtual) (SME-SP, 2020).

A medida adotada pelo município para que o processo de ensino-aprendizagem não fosse interrompido nesse período foi a elaboração e distribuição de material didático para os estudantes, encaminhado pelos correios às suas famílias. Para envio dos livros, os dados residenciais deveriam, obrigatoriamente, ser atualizados por sua família, por meio de site próprio para esse fim ou de solicitação na secretaria da escola, e apenas 15%⁵ das famílias atualizaram essas informações. Com isso, caso não fosse possível a entrega do livro, devido ao não-atendimento desse requisito ou, mesmo com a atualização, houvesse uma tentativa frustrada dos correios, a família do estudante deveria retirar o material na secretaria da escola, no horário das 10h às 16h.

Além do fornecimento do livro intitulado “Trilhas de aprendizagem”, com o volume 1 entregue no mês de abril/2020 e o volume 2 no mês de agosto/2020, a cidade de São Paulo disponibilizou para professores e estudantes o acesso à plataforma Google Sala de Aula para postagem de atividades e interação utilizando o sistema *Meet* dessa mesma plataforma.

Houve então uma virtualização das aulas com encontros síncronos (pelo Google Meet) e assíncronos (dever de casa com o uso de livro didático), no momento da pandemia, com o uso de material impresso e de tecnologias digitais para aulas, reuniões, esclarecimentos, comunicação, postagem de atividades e demais práticas pedagógicas. O que mudou, efetivamente, nesse contexto, foi o uso de tecnologias digitais por professores e estudantes para que a interação fosse possível.

No entanto, conforme afirmam Formosinho, Machado e Mesquita (2015, *apud* Marques, 2020):

As mudanças emergentes que ocorreram no processo de ensino frente o atual contexto da pandemia causada pelo novo coronavírus levaram à adoção de metodologias, até então, não adotadas por muitos professores em seus ambientes de ensino. O que fez urgir a necessidade de inovação perante o ato de lecionar, buscando alternativas inovadoras para levar conhecimento aos seus alunos, com o intuito, sobretudo, de prover autonomia aos estudantes no seu processo de aprendizagem (FORMOSINHO; MACHADO; MESQUITA, 2015, *apud* MARQUES, 2020, p. 33).

Foram disponibilizadas plataformas para a realização de atividades de ensino-aprendizagem, no entanto, não houve tempo hábil para a formação de professores e estudantes. E também não foram oferecidos instrumentos de trabalho necessários a essa nova configuração para os docentes e discentes que não possuíam acesso às tecnologias necessárias.

Este é um novo momento na educação no Ensino Fundamental, não apenas regionalmente, mas como possibilidade da virtualização na educação:

5 Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/16/prefeitura-de-sp-diz-que-15percent-dos-alunos-da-rede-municipal-de-sp-atualizaram-cadastro-para-receber-material-didatico-em-casa.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2021.

[...] vem emergindo uma configuração do processo de ensino-aprendizagem denominada Educação Remota, isto é, práticas pedagógicas mediadas por plataformas digitais, como aplicativos com os conteúdos, tarefas, notificações e/ou plataformas síncronas e assíncronas como o Teams (Microsoft), Google Class, Google Meet [...] (ALVES, 2020, p. 352).

Temos, portanto, a modalidade de ensino remoto, que ocorre de modo diferente da educação a distância. No primeiro caso, implantado nas escolas municipais de educação básica de São Paulo, a educação é mediada por plataformas digitais, buscando um caminho para que ocorra a formação e a interação.

Com o distanciamento social e as atividades sendo colocadas em plataformas digitais, por vezes, há a ideia de que o ensino passou a ser a distância. No entanto, são modalidades diferentes de ensino que não se configuram apenas pelo contato físico ou não. O Parecer CNE nº 05/2020, que trata sobre a reorganização do calendário escolar e da utilização das atividades não presenciais para cumprimento da carga horária, pontua que:

[...] a fim de garantir atendimento escolar essencial, propõe-se, excepcionalmente, a adoção de atividades pedagógicas não presenciais a serem desenvolvidas com os estudantes enquanto persistirem restrições sanitárias para presença completa dos estudantes nos ambientes escolares. Estas atividades podem ser mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação, principalmente quando o uso destas tecnologias não for possível (BRASIL, 2020).

Essa nova forma de ensino é diferente da modalidade de Educação a Distância (EaD), em que todo o processo formativo e o material a ser utilizado, tal como as vídeo aulas e processos educacionais, são pensados e desenvolvidos com essa finalidade, e professores e estudantes já sabem, previamente, as normas e como as aulas irão ocorrer.

A legislação, através do Decreto n. 9.057/2017, conceitua Educação a Distância em seu artigo 1º:

Para os fins deste Decreto, considera-se Educação a Distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017).

Temos então a definição do que é e como ocorre a EaD no Brasil, que é diferente do que vem acontecendo na atualidade com a virtualização forçada na pandemia, pois, diante de uma situação atípica, foi impossibilitada toda e qualquer interação presencial entre professor e estudante, sendo necessária a criação de atividades não presenciais para evitar que o vínculo escolar se perdesse e, como consequência, aumentasse a evasão.

Cabe citar que, com o ensino remoto, alguns grupos sofreram mais exclusão do que outros, para além da falta de recurso tecnológico ou dificuldade de acesso:

[...] não podemos esquecer de destacar a sua exclusão mais uma vez, isto é, as pessoas que apresentam quaisquer tipos de deficiência [...], tem dificuldades diversas que podem comprometer a sua aprendizagem muitas vezes nas dinâmicas presenciais, imagine nas atividades remotas (ALVES, 2020, p. 359).

Os estudantes que possuem algum tipo de deficiência devem ser considerados. Todos os alunos deveriam ser pensados nesse novo conceito de ensino. Os materiais a serem disponibilizados deveriam prever essa situação.

A reflexão sobre a prática educativa, portanto, deve considerar a situação dos estudantes em vulnerabilidade racial/social, e buscar medidas pautadas pelo princípio de acessibilidade, pela participação conjunta da comunidade e dos profissionais da educação, em acordo com os direitos humanos. O estado de emergência atual não pode significar reforço da lógica *neoliberal*, que exige sacrifícios de alguns para que outros usufruam os benefícios materiais e simbólicos proporcionados aos grupos hegemônicos (REIS, 2020, p. 4).

Nesse tópico, pudemos identificar de que modo a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo – SME/SP atuou de modo a garantir o direito à educação dos estudantes do ensino fundamental no ano de 2020: com o isolamento social, com o fornecimento de livros e utilização de plataformas digitais como forma de interação pedagógica entre professor e estudante.

Foi possível notar também que as desigualdades foram evidenciadas nesse momento de pandemia, pois o acesso à tecnologia e também aos livros não ocorreu de igual modo, visto que temos ainda estudantes com necessidades específicas que precisariam de um atendimento especializado.

Além dessas observações, outra questão a ser respondida refere-se aos demais atendimentos realizados pela escola, tal como a alimentação estudantil. Como os demais serviços prestados pela unidade escolar passaram a ser oferecidos nesse período?

2.1 Nem só de conhecimento vive o estudante

A escola exerce mais de um papel na vida da sociedade. É lugar de conhecimento, formação, interação social, alimentação, cuidado, atenção aos direitos da criança e ao adolescente, onde são vividas a infância e a adolescência, a diversidade de formação, entre outros.

A escola pública pode apresentar diversas contradições. Convivemos com o fracasso escolar, com a evasão e com diversos outros fenômenos que expõem nossas fragilidades, ainda assim, esse é, por vezes, o único espaço público que assiste essa população (SANCHES; PARDIM, 2020, p. 242).

Por vezes, o estudante entende o espaço escolar como um porto seguro, um local onde há a real possibilidade de explorar limites e de estabelecer contatos. Há uma rotina bem constituída em cada unidade escolar, independentemente de sua estrutura física, com horários, local para cada atividade, procedimentos, orientações, espaço para escuta e observação docente.

O fornecimento de alimentação para os estudantes da educação básica é tratado por meio da Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009, e, em seu artigo 3º, consta que “A alimentação escolar é direito dos alunos

da educação básica pública e dever do Estado e será promovida e incentivada com vistas no atendimento das diretrizes estabelecidas nesta Lei” (BRASIL, 2009).

Em 7 de abril de 2020, o Governo Federal publicou a Lei n.º 13.987, que autoriza, em caráter excepcional, durante o período de distanciamento social e das atividades escolares remotas, a distribuição de gêneros alimentícios aos pais e responsáveis.

Com a pandemia, a quarentena, o isolamento social e a suspensão das aulas, as ações relacionadas à escola passaram a não acontecer do mesmo modo. Visando suprir a questão da alimentação das crianças do ensino fundamental, a prefeitura de São Paulo enviou cestas básicas para as famílias cadastradas no Bolsa Família, e foi criado e fornecido também o Cartão Merenda, com início da distribuição em abril/2020⁶. Em final de julho, a prefeitura estendeu a todas as famílias o acesso ao Cartão Merenda, após sofrer inúmeras críticas e questionamentos judiciais.⁷

A Prefeitura de São Paulo anunciou um programa emergencial, o qual atenderá cerca de 1/3 dos estudantes da Rede, e consiste na distribuição de um cartão com saldo para aquisição de gêneros alimentícios para compensar a ausência de oferta de merenda escolar. Além de o valor ser irrisório para o fim a que se destina, temos as dificuldades de fazer com que tais cartões cheguem a essas famílias, já que muitas não têm por prática as atualizações constantes de endereços para a escola, outras vivem em locais onde as correspondências não conseguem chegar, além daquelas que estão em situações tão complexas de vulnerabilidade que não conseguem acessar os cadastros de programas sociais. Para essas famílias, o trabalho infanto-juvenil já é algo muito latente, nesse momento de pandemia e de ausência de uma política mais efetiva para atender esse segmento em termos socioeconômicos, tememos ser a inserção de meninos e meninas no trabalho a única alternativa de subsistência para tais famílias. Afinal, com quem ficam essas crianças e adolescentes? (SANCHES; PARDIM, 2020, p. 241).

O valor mensal destinado a cada estudante é diferente, pois tem relação com a etapa escolar na qual está inserido (Tabela 1). Famílias com mais de um filho na Rede receberão o benefício de modo acumulado, e segundo divulgado pela Secretaria Municipal de Educação, o benefício irá continuar enquanto houver o enfrentamento da pandemia do Coronavírus estabelecido pelo decreto n.º 59.283/2020.

Tabela 1: Valores mensais para cada estudante – cartão merenda

Etapa escolar	Valor
Centro de Educação Infantil – CEI	R\$ 101,00
Escola municipal de educação infantil - EMEI	R\$ 63,00
Escola municipal de ensino fundamental e/ou ensino médio	R\$ 55,00

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de SME-SP (2019).

O valor na Tabela 1 apresenta o que foi disponibilizado às famílias no ano de 2020. Cabe esclarecer que no período de isolamento social não houve fornecimento de alimentos prontos nas unidades escolares da cidade de São Paulo.

6 Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/coronavirus/servicos/alimentacao-2/>. Acesso em: 4 ago. 2020.

7 Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/08/04/pais-de-alunos-da-rede-municipal-de-sp-relatam-problemas-com-cadastro-para-receber-vale-alimentacao.ghtml>. Acesso em: 4 ago. 2020.

Quando o curso é oferecido presencialmente, há oferecimento de alimentação aos estudantes de educação básica no refeitório da escola. O custo, no ano de 2019, por refeição servida diariamente aos educandos, incluindo lanche, refeição e sobremesa para o ensino fundamental, considerando cinco horas do aluno presente na escola, está demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2: Valores alimentação EMEF – São Paulo – 2018/2019 – Diário por aluno

	Lanche	Refeição	Sobremesa	Total
VALOR MÍNIMO	R\$ 2,06	R\$ 1,77	R\$ 0,32	R\$ 4,15
VALOR MÁXIMO	R\$ 2,57	R\$ 2,72	R\$ 0,81	R\$ 6,10

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de SME-SP (2019).

Esse custo é considerado a partir de uma gestão terceirizada para a alimentação escolar, em que uma empresa é selecionada após licitação para o preparo e a distribuição das refeições escolares. Cada diretoria de ensino possui uma empresa responsável por essa atividade, e a variação de preço se dá por essa razão. A diretoria de ensino com maior custo por refeição é a de Capela do Socorro (R\$ 6,10), e a de menor custo é a de Guaianazes (R\$ 4,59).

Portanto, o custo médio mensal por aluno no período de abril/2018 e março/2019 foi de R\$ 117,59 por mês, e esse valor equivale a mais do que o dobro do valor enviado às famílias através do cartão merenda, no ano de 2020, devido ao fechamento das escolas.

Além da redução do custo com a alimentação escolar pelo município, houve outras reduções, tais como: transporte escolar, material escolar, água, luz, suplementos diversos utilizados no dia a dia escolar, etc.

Cabe ressaltar que os docentes do município de São Paulo não receberam nenhuma ajuda de custo referente ao uso de instrumentos e equipamentos eletrônicos para a realização das interações escolares.

Até aqui foi possível notar quais instrumentos foram utilizados para a interação escolar, com o uso de livros impressos e plataformas digitais. Posteriormente, verificamos outras ações realizadas pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, tal como o fornecimento de cartão merenda às famílias, como tentativa de suprir esta lacuna pelo poder público no período pandêmico.

No entanto, é importante saber de quantos alunos estamos falando quando nos referimos ao ensino fundamental do município de São Paulo. Esses dados serão expostos a seguir.

2.2 Dados estudantis do ensino fundamental

O ensino fundamental faz parte da educação básica e obrigatória brasileira; é a etapa educacional mais longa nesse período formativo (a educação básica é composta pelo ensino fundamental e médio com duração total de doze anos), composto de nove anos de estudo que são chamados de séries de acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dez. de 1996, que fornece as Diretrizes e Bases da Educação.

A cidade de São Paulo, no ano de 2020, teve a seguinte distribuição de estudantes em sua rede de ensino (Tabela 3):

Tabela 3: Matrículas na cidade de São Paulo – ensino fundamental - 2020

Nível de ensino	março/2020	junho/2020	setembro/2020	dezembro/2020
Ensino fundamental I	222.854	222.667	222.947	222.835
Ensino fundamental II	195.910	194.893	194.625	194.428
Total	418.764	417.560	417.572	417.263

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de Dados Abertos, SME-SP (2021).

A Tabela 3 expõe a quantidade de alunos matriculados na Rede do município de São Paulo no ensino fundamental. Os números já englobam estudantes do ensino fundamental I e II.

É possível notar uma redução das matrículas no segundo trimestre em relação aos dados do primeiro, momento em que ocorreu o fechamento das escolas e a instauração do ensino remoto. Houve uma redução de 1.204 estudantes nesse intervalo de tempo.

Ainda percebemos um pequeno aumento em relação aos dados dos trimestres finalizados em junho e setembro. E, por fim, uma queda nos dados do último mês letivo. Assim, no ano de 2020, houve uma redução no número de matrículas iniciais (março) e finais (dezembro) de 1.501 estudantes. Em relação ao ano anterior, que teve um total de alunos matriculados em março de 423.636, e em dezembro com 417.263, houve uma diminuição de 6.373 alunos ao longo do ano, resultando em uma queda quatro vezes superior ao observado em 2020.

No momento não é possível afirmar o que ocorreu com os alunos, se foram desistentes, se mudaram de cidade ou se transferiram para uma escola particular. Há inúmeras possibilidades para que ocorram variações ao longo do ano letivo. Trata-se de vidas no ambiente escolar e, sendo assim, mudanças ocorrem.

O portal Dados Abertos da prefeitura de São Paulo⁸ possui poucas informações catalogadas e atualizadas. Os dados referentes ao ano de 2020 são apenas aqueles que tratam de matrículas e demandas na Rede Municipal de Ensino. As demais informações disponibilizadas têm por base o IDEB, sendo que o último relatório disponível é do ano de 2015.

Buscamos verificar as mudanças ocorridas na educação, mais precisamente, no ensino fundamental do município de São Paulo, quais as estratégias utilizadas, que atendimentos foram realizados e de que forma, bem como para quantos alunos.

As informações aqui colocadas perfazem o trajeto com a finalidade de atingir os objetivos presentes na elaboração deste artigo e responder a questão motivadora para o desenvolvimento desta pesquisa, que foi o de investigar os instrumentos, ferramentas e tecnologias utilizadas por professores e estudantes no ano de 2020, período escolar em que o ensino remoto foi instaurado sem treinamento ou aviso prévio, devido a uma pandemia que surpreendeu a todos e modificou o modo de vida, ainda que talvez temporariamente, de milhões de pessoas no mundo.

3. Conclusões

A pandemia da Covid-19 trouxe diversas modificações socioespaciais, seja no fluxo de mobilidade na cidade, nas formas de relação entre pessoas, no consumo, em sua profissão de fé, no trabalho e na escola.

8 Disponível em: <http://dados.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

A rotina de todos foi alterada substancialmente. As incertezas ficaram mais evidenciadas, assim como as desigualdades entre distintos personagens.

Na educação não foi diferente. Sem formação, aviso ou treinamento prévio, professores e alunos tiveram de se reinventar. Aprender a utilizar novas ferramentas de trabalho, cada um de acordo com suas possibilidades. Como foi possível perceber neste artigo, há docentes e discentes sem acesso ou conhecimento para utilizar as ferramentas digitais.

Professores e alunos não tiveram formação prévia relacionada às tecnologias que foram usadas no período. Poucas instituições de ensino trabalham o uso de tecnologias digitais, embora estas sejam preconizadas nos currículos escolares. E nesse momento, tal situação ficou evidente. O estudante havia utilizado precariamente as referidas plataformas para realização de alguma atividade escolar, ou uma disciplina complementar, e, sem muito conhecimento, tiveram de se adequar a esse novo modelo.

No momento não é possível avaliar qual será o impacto de tão abrupta alteração no processo de ensino-aprendizagem. No entanto, já é possível afirmar que o trabalho remoto também terá um viés educacional. O termo da vez é *ensino remoto*. Com o passar do tempo e o distanciamento do período analisado, tendo em vista ainda estarmos envolvidos nos acontecimentos que, por enquanto, não se tem previsão de término, poderemos então trazer outro olhar sobre o que ocorreu e sobre as medidas tomadas pelo poder público para que a formação ocorresse de algum modo.

Pesquisas e discussões sobre a situação vigente devem ser feitas de modo a obter uma diversidade de trabalhos que possam ser capazes de traçar um panorama do “novo normal” para estudantes e docentes, enquanto a situação é presente. Ter diferentes olhares no tempo dos acontecimentos enriquecerá o conhecimento sobre o assunto.

Portanto, diante dos dados expostos, faz-se necessário que o poder público, por meio de suas secretarias e diretorias de ensino, docentes, administrativos escolares, pais e alunos, cientistas educacionais (re) pensem e (re)discutam a educação. A formação escolar deve promover a autonomia e prover caminhos possíveis a todos, não de maneira igualitária, mas de modo a atender às especificidades de cada grupo que compõe a escola, para que o direito à educação, preconizado na Constituição Federal, ocorra efetivamente sem distinção entre os envolvidos.

Financiamento

Autor1. O presente trabalho foi realizado com o auxílio da FAPESP ao Projeto de Pesquisa, intitulado “Formação de Professores e Tecnologias Digitais aplicadas à Educação”. Processo Nº. 2018/07133-0.

Autor2. O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

ALVES, L. Educação remota: entre a ilusão e a realidade. **Interfaces científicas - Educação**, v. 8, n. 3, 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/educacao/article/view/9251>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm. Acesso em: 17 jan. 2021.

- BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm. Acesso em: 17 jan. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto 9.057, de 25 de maio de 2017.** Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm. Acesso em: 16 jan. 2021.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação - CNE. **Parecer CNE - CPN 5/2020.** Publicado em 4 mai. 2020 e homologado em 1 jun. 2020. Disponível em: https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Parecer-CNE-CP_5_2020-1.pdf-HOMOLOGADO.pdf. Acesso em: 16 jan. 2021.
- CASTRO, E. A.; QUEIROZ, E. R. de. Educação a distância e ensino remoto: distinções necessárias. **Revista Nova Paideia- Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, v. 2, n. 3, p. 3-17, 14 set. 2020. Disponível em: ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/40/31. Acesso em: 16 jan. 2021.
- COSTA, M. R. M.; COELHO, P. M. F.; TAVARES, Sergio M. N. Potencialidades educacionais do Wattpad: problematizando o conceito de cronotopo. **Práxis educativa**. Ponta Grossa, v. 15, e2013247, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/13217/209209211450>. Acesso em: 8 jan. 2021.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MARQUES, R. **A resignificação da educação e o processo de ensino-aprendizagem no contexto de pandemia da COVID-19.** BOCA. Boa Vista, v. 3, n. 7, 2020. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/boca/article/view/Marques>. Acesso em: 8 jan. 2021.
- REIS, D. dos S.. Coronavírus e desigualdades educacionais: reposicionando o debate. **Olhar de Professor**. Ponta Grossa, v. 23, p. 1-5, 2020. Disponível em: <http://www4.fe.usp.br/wp-content/uploads/coronavirus-e-desigualdades-educacionais-diego-reis.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2021.
- SANCHES, E. M. B. C. C.; PARDIM, Renata Pereira. Fechamento das escolas; entre a necessidade do isolamento social e a essencialidade do serviço educacional – como ficam as crianças? p. 239-244. In: LIBERALI, Fernanda Coelho et al. (orgs). **Educação em tempos de pandemia**: brincando com um mundo possível. Campinas: Pontes Editores, 2020.
- SÃO PAULO. **Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020.** 2020a. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/decreto-quarentena.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2021.
- SÃO PAULO. **Decreto nº 59.298, de 23 de março de 2020.** 2020b. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-59298-de-23-de-marco-de-2020%20>. Acesso em: 14 jan. 2021.
- SCHIRATO, M. A. R. **Novo normal**: entenda melhor esse conceito e seu impacto em nossas vidas. Entrevista realizada em 7 mai. 2020. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/noticias/novo-normal-conceito/>. Acesso em: 8 jan. 2021.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SME-SP. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/coronavirus/>. Acesso em: 8 jan. 2021.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SME-SP. **Alimentação escolar**: valor unitário das refeições. Última atualização, 2019. Disponível em: <http://dados.prefeitura.sp.gov.br/dataset/alimentacao-escolar-valor-unitario-das-refeicoes>. Acesso em: 18 jan. 2021.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SME-SP. **Demanda registrada e matrículas**: Educação infantil, Fundamental e EJA. Última atualização, 2021. Disponível em: <http://dados.prefeitura.sp.gov.br/dataset/demanda-e-matriculas>. Acesso em: 14 jan. 2021.

SOUSA, A. P. R. de; COIMBRA, Leonardo J. Pinho. A educação e as novas tecnologias de informação e comunicação no contexto da pandemia do novo coronavírus: o professor "R" e o esvaziamento do ato de ensinar. **Revista Pedagogia Cotidiano Resignificado**, v. 1, n. 4. Disponível em: https://rprcr.com.br/index.php/revista_rprcr/article/view/3/3. Acesso em: 8 jan. 2021.